

PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A

Campinas – (SP)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

São Paulo, 11 de Maio de 2022.

Ilmos. Srs.
Diretores de
PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A.
Campinas – (SP)

Prezados Senhores,

Dando cumprimento as disposições de nosso Contrato de Prestação de Serviços; concluímos as análises relativas à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2021.

O resultado das referidas análises é apresentado a seguir, dividido da seguinte forma:

- Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

ANGELO S. DA SILVA
Contador
CRC 1SP182279/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Diretores de
PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A.
Campinas – (SP)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A. “Instituição”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A.**, em 31 de Dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Instituição apresenta divergências entre a posição sistêmica que dá base para os saldos contábeis da rubrica Bolsas Restituíveis, no Ativo Circulante e Não Circulante e o relatório Movimentação da Cobrança em 31/12/2021. O confronto do saldo foi efetuado apenas para alguns cursos, portanto não foi possível determinarmos se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Adiantamento de Terceiros

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, conforme Termo de Promessa de Compra e Venda firmado entre as partes em 22 de junho de 2021, escriturado no 9º Tabelião de Notas de São Paulo, em seu livro de número 11.252, a concretização da operação encontra-se vinculada às condições precedentes à serem atendidas pela instituição, relacionadas ao processo de regularização imobiliária do imóvel em curso, sendo certo que o não atendimento às estas condições precedentes poderá em última instância resultar na dissolução do negócio jurídico restando a devolução do montante pago a título de caução e o adiantamento realizado para investimentos. Portanto o devido

registro fiscal e contábil de transferência do ativo, ocorrerá quando do cumprimento das obrigações mencionadas no referido termo.

Ressaltamos ainda que, o imóvel em questão foi alvo de reavaliação em exercícios anteriores e conforme legislação, a realização do imóvel implica na baixa da Reserva de Reavaliação e seu devido impacto tributário. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

AKW Auditores Independentes S/S.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de Abril de 2022.

**AKW AUDITORES
INDEPENDENTES S/S.
CRC 2SP015438/O-7**

**ÂNGELO S. DA SILVA
CONTADOR
CRC 1SP182279/O-6**

**ROBERTO I. SATO
CONTADOR
CRC 1SP147890/O-4**

**PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S.A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01**

Campinas – (SP)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

ATIVO

(Em R\$1)

	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	23.924.121	20.675.157
Caixa e Equivalentes de Caixa <i>(Nota 4)</i>	3.082.984	2.191.376
Contas a Receber de Clientes <i>(Nota 5)</i>	15.778.338	15.266.582
Impostos a Recuperar <i>(Nota 6)</i>	260.898	672.470
Adiantamentos a Terceiros <i>(Nota 7)</i>	2.040.199	835.084
Estoques <i>(Nota 8)</i>	196.654	174.215
Despesas Antecipadas <i>(Nota 9)</i>	2.565.048	1.535.430
NÃO CIRCULANTE	54.078.884	55.845.700
Títulos a Receber - Bolsas Restituíveis <i>(Nota 10)</i>	31.129.347	31.589.102
Depósitos Judiciais	649.093	575.432
Investimento	722.709	1.108.895
Imobilizado <i>(Nota 11)</i>	20.480.671	21.689.738
Intangível	1.097.064	882.533
TOTAL DO ATIVO	78.003.005	76.520.857

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras).

**PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S.A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01**

Campinas – (SP)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

PASSIVO

(Em R\$1)

	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	46.510.049	20.174.496
Instituições Financeiras (Nota 12)	5.131.785	11.292.508
Fornecedores	1.151.532	531.494
Salários, Gratificações e Encargos Sociais a Pagar (Nota 13)	4.368.008	4.682.137
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14)	735.875	708.761
Antecipação de Mensalidades	723.037	695.050
Adiantamento de terceiros (Nota 15)	33.003.292	-
Outras Obrigações	1.207.753	2.079.946
Dividendos a Pagar	188.767	184.600
NÃO CIRCULANTE	17.423.175	34.019.537
Instituições Financeiras (Nota 12)	7.479.373	26.770.491
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14)	228.626	228.626
Acordos e decisões judiciais	1.100.281	-
IR e Contrib. Social Diferidos (Nota 16)	1.713.723	1.800.853
Provisão Para Riscos e Contingências (Nota 17)	1.416.991	1.942.621
Parcelamento de impostos (Nota 18)	5.484.181	3.276.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	14.069.781	22.326.824
Capital Social	5.202.195	5.202.195
Ajuste Avaliação Patrimonial	5.426.787	5.702.698
Reserva Legal	1.040.200	1.040.200
Reserva de Lucros	2.400.599	10.381.731
TOTAL DO PASSIVO	78.003.005	76.520.857

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras).

**PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S.A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01**

Campinas – (SP)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

(Em R\$1)

	31/12/2021	31/12/2020
Operações Continuadas		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 20)	41.576.258	44.564.028
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(26.079.146)	(24.714.175)
LUCRO BRUTO	15.497.112	19.849.853
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(14.465.563)</u>	<u>(8.711.503)</u>
Despesas Comerciais	(1.329.336)	(840.495)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.080.655)	(7.948.118)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(55.572)	77.110
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	1.031.549	11.138.350
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(6.138.614)</u>	<u>(5.456.005)</u>
Receitas Financeiras	644.287	623.728
Despesas Financeiras (Nota 21)	(6.782.901)	(6.079.733)
LUCRO ANTES DO IR E C. SOCIAL	(5.107.065)	5.682.345
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Nota 22)	(5.107.065)	5.682.345

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

**PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S.A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01**

Campinas – (SP)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

(Em R\$1)

	31/12/2021	31/12/2020
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(5.107.065)	5.682.345
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(5.107.065)	5.682.345

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras).

PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S.A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01
Campinas – (SP)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Em R\$1)

	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	5.202.195	5.978.609	1.040.200	7.432.443	-	19.653.447
Realização Reserva Reavaliação	-	(363.041)	-	-	363.041	-
Impostos Diferidos s/ Realização	-	87.130	-	-	-	87.130
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	5.682.345	5.682.345
Dividendos Pagos (<i>Nota 19b</i>)	-	-	-	-	(3.096.098)	(3.096.098)
Constituição de Reservas	-	-	-	2.949.288	(2.949.288)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	5.202.195	5.702.698	1.040.200	10.381.731	-	22.326.824
Realização Reserva Reavaliação	-	(363.041)	-	-	363.041	-
Impostos Diferidos s/ Realização	-	87.130	-	-	-	87.130
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(5.107.065)	(5.107.065)
Dividendos Pagos (<i>Nota 19b</i>)	-	-	-	(3.237.108)	-	(3.237.108)
Constituição/Transferência de Reservas	-	-	-	(4.744.024)	4.744.024	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	5.202.195	5.426.787	1.040.200	2.400.599	-	14.069.781

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras).

AKW Auditores Independentes S/S.

PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A.
CNPJ - 03.377.471/0001-01
Campinas – (SP)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Em R\$1)	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(5.107.065)	5.682.345
<u>Ajustes Para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Gerado</u> <u>Pelas Atividades Operacionais:</u>		
Depreciação e Amortização	1.540.683	1.662.770
Valor Residual de Baixas de Imobilizado	144.599	14.890
Provisão (Reversão) para Riscos e Contingências	-	-
Perdas Estimadas com Créditos Liquidação Duvidosa	-	-
Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	87.130	87.130
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
	<u>(3.334.653)</u>	<u>7.447.135</u>
(Aumento) Diminuição nas Contas de Ativo	(1.897.601)	(5.830.218)
Contas a Receber de Clientes – Mensalidades	(52.001)	(5.281.974)
Adiantamento a Terceiros	(1.205.115)	(44.157)
Estoques	(22.439)	23.266
Outros Créditos	(618.046)	(527.353)
Aumento (Diminuição) nas Contas de Passivo	2.187.740	5.230.891
Fornecedores	620.038	(67.132)
Salários, Gratificações e Encargos Sociais a Pagar	(314.129)	399.001
Impostos e Contribuições a Recolher	2.147.219	3.356.899
Antecipação de Mensalidades	27.987	120.809
Outras Obrigações	(293.375)	1.421.314
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(3.044.514)	6.847.808
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Créditos de Longo Prazo	(73.661)	(203.679)
Movimentação em Investimentos	386.186	(19.858)
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(690.746)	(220.608)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(378.221)	(444.145)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Captação de Empréstimos e Financiamentos Líquidos	(25.451.841)	(1.907.979)
Dividendos Pagos	(3.237.108)	(3.096.098)
Adiantamentos de terceiros	33.003.292	-
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento	4.314.343	(5.004.077)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>891.608</u>	<u>1.399.586</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.191.376	791.790
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício (Nota 4)	3.082.984	2.191.376
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>891.608</u>	<u>1.399.586</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras).

**PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE
CNPJ - 03.377.471/0001-01**

Campinas – (SP)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

(Em R\$1)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia é uma Instituição nacional tendo como objetivo social a promoção do ensino de qualidade em seus vários graus, principalmente o superior, podendo criar e desenvolver qualquer obra ou atividade neste sentido, em todo território nacional, e, subsidiariamente, o exercício de atividades de editoração, distribuição e comercialização de livros educacionais.

Através da AGE realizada em 21 de outubro de 2019, deliberou-se pela reformulação da redação do Estatuto Social da Companhia com a alteração de sua forma de administração e eleição do Conselho de Administração da Companhia.

Com a alteração de sua forma de administração, a Companhia passa a ser administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e uma diretoria eleita pelo Conselho de Administração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 25 de abril de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas conforme as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC PME(R1) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Instituição.

2.2 - Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 - Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Instituição.

2.4 - Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC PME(R1) exige que a Administração da Instituição faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, as estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Instituição e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas notas explicativas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **Apuração do Resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As prestações de serviços são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são executados.

A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

- **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Instituição se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Instituição estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou recebíveis.

Os principais ativos financeiros da Instituição incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais e outros recebíveis.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização.

A Administração entendeu necessária o complemento de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

b) Passivos Financeiros

Passivos Financeiros são classificados como empréstimos e financiamentos ou passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

A Instituição determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros da Instituição incluem principalmente fornecedores e outras obrigações, classificados como empréstimos e financiamentos.

c) Fornecedores

Inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, que são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos ajustados a valor presente, quando aplicável.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Instituição para cobrir prováveis perdas na sua realização. Representam basicamente as mensalidades e as renegociações a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão compostos por apostilas, material didático, informática e são avaliados com base no custo histórico de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

- **Investimentos**

De um total de 555.151 ações, a Instituição participa com 555.147 ações do capital social da Promoção de Pós Graduação de Qualidade S/A. O investimento em 31.12.21 monta R\$ 555.147,00 (R\$ 952.118,93 em 2.020)

De um total de 10.000 ações, a empresa participa com 9.996 ações do capital social da Editora Facamp S.A. O investimento em 31.12.21 monta R\$ 111.510,83 (R\$ 111.510,83 em 2.020)

Através de recibo de integralização de cota parte de 21/10/2015 no valor de R\$ 600,00 associa-se à UNIPRIME Norte do Paraná - Cooperativa formalizada pela inscrição nº 18172-2. O investimento em 2021 alcança R\$ 56.051,30. (R\$ 45.265,07 em 2020).

- **Ativo Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”).

O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros, associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Intangível**

É composto pelo custo incorrido na aquisição de softwares, que é amortizado levando em consideração a vida útil estimada.

- **Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "Impairment")**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Instituição desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

- **Ajuste de Valor Patrimonial (Reserva de Reavaliação)**

O saldo da reserva de reavaliação será mantido até a sua equalização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda. Os efeitos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação estão demonstrados no passivo não circulante.

A possibilidade de realização espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira pelo CPC 13.

- **Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Instituição, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões para riscos e contingências

estão constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Instituição.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas de riscos envolvidos.

- **Impostos**

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

- ✚ *Correntes*

Com base na legislação que instituiu o PROUNI a Instituição está isenta do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS decorrentes da realização de atividade de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

- ✚ *Diferido*

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido registrado pela Instituição refere-se à reserva de reavaliação não realizada.

- b) Imposto Sobre a Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas Básicas
Imposto Sobre Serviços – ISS	5%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento Seguridade Social – COFINS	3% e 4%

PIS, COFINS e ISS são devidos sobre eventuais receitas não incentivadas.

O programa da Prefeitura de Campinas (PROCAMPIS) foi extinto em dezembro de 2018 para novas adesões, ele proporcionava uma alíquota diferenciada de ISS de 2% para as receitas incentivadas, portanto a partir de 2019 a alíquota passou a ser integral e única de 5% sobre a receita total. Os alunos vinculados ao programa PROCAMPIS que não concluíram o curso, permanecem na Instituição de Ensino com bolsa de 100% até a conclusão da sua formação. Os valores correspondentes dessas mensalidades ocasionam um crédito tributário

mensal na Prefeitura de Campinas utilizado para pagamento do Imposto sobre Serviço (ISS).

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

- **Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Instituição concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

- **Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

São apresentados ao valor líquido de realização.

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação, é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- **Reserva de Reavaliação**

A realização da reserva e reavaliação (basicamente depreciação do ativo imobilizado) é registrada diretamente em lucros acumulados.

- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

- **Distribuição de Lucros**

A distribuição de lucros para os acionistas é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição é aprovada por eles.

- **Capital Social**

As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1.144	634
Depósitos Bancários em Conta Corrente	530.730	1.610.742
Aplicações financeiras	2.551.110	580.000
	3.082.984	2.191.376

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Instituição.

As aplicações financeiras são realizadas em Instituições Financeiras de primeira linha, no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Instituição e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Mensalidades – Graduação	9.531.016	9.943.213
Mensalidades – FIES	482.724	282.214
Bolsas Restituíveis (<i>Nota 10</i>)	35.579.314	36.900.423
Cheques em Cobrança	-	230.108
Renegociações/Antecipações	(102.096)	(179.473)
Renegociações/acordos judiciais	2.899.308	1.297.151
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.482.581)	(1.617.952)
	46.907.685	46.855.684
No Circulante	15.778.338	15.266.582
No Não Circulante (<i>Nota 10</i>)	31.129.347	31.589.102

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a compensar	34.354	17.535
ISSQN a compensar	226.544	654.935
	260.898	672.470

ISSQN a compensar refere-se ao crédito tributário decorrente das bolsas concedidas aos alunos que fazem parte do Programa da Prefeitura de Campinas (PROCAMPIS) anterior ao ano de 2019, a utilização está sendo feita mensalmente através do pagamento do imposto.

7. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de funcionários	59.667	190.617
Adiantamento a fornecedores	298.470	198.163
Créditos com partes relacionadas	1.682.062	446.304
	2.040.199	835.084

8. ESTOQUES (ALMOXARIFADO)

	31/12/2021	31/12/2020
Material de Escritório	29.402	27.638
Material de Consumo e Limpeza	48.534	34.668
Material de Informática	43.817	44.639
Material de Manutenção	74.901	67.270
TOTAL	196.654	174.215

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	581.175	10.616
Assinaturas e Anuidades	114.012	208.876
Gastos com Propaganda (a)	1.869.861	1.315.938
TOTAL	2.565.048	1.535.430

a) Gastos com propaganda pagas antecipadamente são os gastos comerciais da campanha do vestibular do ano de 2022.

10. BOLSAS RESTITUÍVEIS

À critério da Administração da Promoção S/A, o aluno contemplado com Bolsa de Estudos Restituível, através de contrato entre as partes, se constitui e se confessa devedor de parte ou total das mensalidades do curso, cujo débito será corrigido anualmente, conforme a variação do IGP-M da FGV.

O aluno começará a saldar seu débito, uma vez decorridos 12 (doze) meses da conclusão do Curso.

	31/12/2021	31/12/2020
Bolsas Restituíveis (Financiadas)	35.579.314	36.900.423
- Classificadas Longo Prazo	31.129.347	31.589.102
- Classificadas Curto Prazo (Nota 5)	4.449.967	5.311.321

11. IMOBILIZADO

a) Composição do Imobilizado

	2021			2020	
	Taxas de Depreciação (%)	Custo e Reavaliação	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		6.539.726	-	6.539.726	6.539.727
Edifícios	4	10.571.794	-5.666.772	4.905.022	5.327.894
Reavaliações	4 // 10	12.436.301	-5.295.791	7.140.510	7.503.551
Máqs. e Equipamentos	10	2.552.109	-2.257.173	294.936	261.454
Instalações	10	966.939	-880.898	86.041	145.671
Móveis e Utensílios	10	2.425.708	-2.315.232	110.476	152.661
Veículos	20	0		0	95.211
Hardware	20	2.608.793	-2.487.272	121.521	249.625
Livros	10	2.956.947	-2.570.218	386.729	515.150
Sist. de Comunicação	10	34.449	-29.622	4.827	7.828
Ferram. e Instrumentos	10	6.848	-6.291	557	640
Obras de Arte		300.000	-	300.000	300.000
Imobiliz. em Andamento		590.326	-	590.326	590.326
Total		41.989.940	-21.509.269	20.480.671	21.689.738

b) Movimentação do Custo e Depreciação Acumulada

	2020		2021		Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos (1)	6.539.727				6.539.727
Edifícios (1)	10.571.794				10.571.794
Reavaliações (1)	12.436.301				12.436.301
Máqs. e Equipamentos	2.448.207	103.902			2.552.109
Instalações	966.939				966.939
Móveis e Utensílios	2.423.803	1.905			2.425.708
Veículos	302.020		-302.020		-
Hardware	2.609.794		-1.002		2.608.792
Livros	2.954.611	2.336			2.956.947
Sist. de Comunicação	34.450				34.450
Ferram. e Instrumentos	6.849				6.849
Obras de Arte	300.000				300.000
Imobiliz. em Andamento	590.325				590.325
Total	42.184.820	108.143	-303.022	-	41.989.941
(-) Depr. Acumulada	(20.495.082)	-1.239.213	225.025	-	(21.509.270)
Total Líquido	21.689.738	-1.131.070	-77.997	-	20.480.671

(1) Vide nota 11, item b.

12. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E TERCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Ribeirão Preto – (a)	4.719.341	12.193.096
Banco Ribeirão Preto – Conta Garantida	-	999.932
Banco do Brasil	-	13.621.204
Bradesco – FGI – (b)	5.366.515	5.198.767
Santander – Capital de Giro	-	120.000
Uniprime – Capital de Giro	2.525.302	3.930.000
Safra – Capital de Giro	-	2.000.000
	12.611.158	38.062.999
No circulante	5.131.785	11.292.508
No não circulante	7.479.373	26.770.491

(a) Empréstimo contraídos junto ao Banco Ribeirão Preto através de cédula de crédito bancário, destinado exclusivamente à garantia de fundos em conta corrente, não permitida a utilização para investimentos fixos. Conforme Aditamento à Cédula de Crédito Bancário, firmado em 24 de setembro de 2019.

- **Encargos financeiros:** Sobre os saldos devedores verificados na conta e empréstimo, incidirão encargos financeiros à taxa média dos certificados de depósito bancários (CDI), acrescido de sobretaxa efetiva de 5,54% ao ano.
- **Forma de pagamento do principal:** parcelas mensais com data término em abril de 2.023.
- **Garantia:** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

(b) Empréstimo contraído junto ao Banco Bradesco S.A através de cédula de crédito bancário - FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), destinado exclusivamente ao pagamento do saldo devedor das dívidas, concernente às operações de crédito contratadas anteriormente com o referido banco, firmado em 26 de agosto de 2020.

- **Encargos Financeiros:** sobre os saldos devedores verificados na conta empréstimo, incidirão encargos financeiros à taxa pré-fixada 11,88% ao ano.
- **Forma de Pagamento do Principal:** parcelas mensais com data término em setembro de 2.025.
- **Garantia:** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e aval.

13. SALÁRIOS, GRATIFICAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações a Pagar	1.143.534	1.003.952
Férias a Pagar	1.614.070	1.571.293
INSS a Recolher	1.453.370	1.927.956
FGTS a Recolher	156.788	178.697
Outros	246	239
	4.368.008	4.682.137

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos Federais Retidos	530.373	456.838
PIS e COFINS	5.923	10.983
ISS	426.882	466.557
Outros	1.323	3.009
	964.501	937.387
No Circulante	735.875	708.761
No Não Circulante	228.626	228.626

15. ADIANTAMENTO DE TERCEIROS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósito caução operação imobiliária (a)	21.255.000	-
Adiantamento para investimento (a)	11.748.292	-
	33.003.292	-

- (a) Depósito caução e adiantamento para investimentos (“allowance”) efetuados pela BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A em favor da instituição vinculados a operação estruturada de “Sale & Leaseback” envolvendo o imóvel.

Conforme Termo de Promessa de Compra e Venda firmado entre as partes em 22 de junho de 2021, escriturado no 9º Tabelião de Notas de São Paulo, em seu livro de número 11.252, a concretização da operação encontra-se vinculada à condições precedentes à serem atendidas pela instituição, relacionadas ao processo de regularização imobiliária do imóvel em curso, sendo certo que o não atendimento à estas condições precedentes poderá em última instancia resultar na dissolução do negócio jurídico restando a devolução do montante pago a título de caução e o adiantamento realizado para investimentos. Portanto o devido registro fiscal e contábil de transferência do ativo ocorrerá quando do cumprimento das obrigações mencionadas no referido termo.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis à realização da reserva de reavaliação pelo registro da depreciação dos ativos objetos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva de Reavaliação a Realizar	<u>7.140.510</u>	<u>7.503.551</u>
<u>Impostos Diferidos</u>		
Imposto de renda (15%)	1.071.077	1.125.533
Contribuição social (9%)	642.646	675.320
	1.713.723	1.800.853

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza trabalhista. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perda provável estão provisionados.

Os processos com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2021 e conforme opinião dos consultores atingem o montante aproximado de R\$ 216.000,00.

18. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	31/12/2021	31/12/2020
INSS (a)	3.202.515	3.248.788
IPTU (b)	3.736.342	969.334
	6.938.857	4.218.122
No Circulante	1.454.676	941.176
No Não Circulante	5.484.181	3.276.946

- (a) Parcelamentos com início de pagamento em março de 2020 e setembro de 2020 e data término fevereiro de 2025 e agosto de 2025, respectivamente.
- (b) Parcelamento do IPTU do exercício de 2020, com pagamento iniciado em setembro de 2020 e término em agosto de 2025.
Parcelamento do IPTU dos exercícios de 2017 e 2018, com pagamento iniciando em junho de 2021 e término em maio de 2026.
Provisionamento do IPTU do exercício de 2019.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Empresa, no valor de R\$ 5.202.195 (cinco milhões, duzentos e dois mil cento noventa cinco reais) está representado por 1.067.334 (um milhão, sessenta e sete mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias e 5.195 (cinco mil, cento e noventa e cinco) ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Destinação dos Lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição de reserva legal até que esta atinja 20% do capital social, 0,10% (dez centésimos por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas e, o saldo remanescente, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício, foram distribuídos aos acionistas portadores de ações preferenciais, o montante de R\$ 2.237.108 (dois milhões, duzentos trinta sete mil e cento e oito reais) e aos acionistas portadores de ações ordinárias o montante de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), oriundos da reserva de lucros acumulados.

- c) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Reserva de Reavaliação)
Refere-se à reavaliação de bens do imobilizado ainda não realizada, líquida de tributos.
- d) Reserva de Lucros
Composta por lucro à disposição da AGO/AGE.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação das receitas bruta e líquida está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de Prestação de Serviços	47.324.315	50.459.171
(-) Cancelamentos e Devoluções	(3.584.105)	(3.744.213)
(-) ISS s/ Prestação de Serviços	(2.163.952)	(2.150.930)
Receita Operacional Líquida	41.576.258	44.564.028

21. DESPESAS FINANCEIRAS

A composição das despesas financeiras está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargos Financeiros Sobre Empréstimos	(1.626.263)	(1.769.627)
Descontos Concedidos (a)	(2.641.900)	(1.551.526)
Juros Passivos e Despesas Bancárias	(1.179.584)	(992.522)
Encargos Empréstimo BB e Ribeirão	(1.335.154)	(1.766.058)
Despesas Financeiras	(6.782.901)	(6.079.733)

- a) Descontos concedidos por conta de antecipação de liquidação de bolsas financiadas.

22. DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 2021

Cabe destaque gerencial aos efeitos Não Recorrentes apropriados no exercício 2021, conforme destacado na tabela a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Resultado Liq. Exercício	(5.107.065)
Apropriação IPTU 2017/2018	1.976.550
Provisão IPTU 2019	1.043.815
Campanha quitação antecipada bolsa restituível (a)	1.090.000
Despesas com assessoria operação Sale & Leaseback	964.411
Multa quitação antecipada empréstimo BB e Ribeirão	369.678
Resultado Líquido Exercício Ajustado (b)	337.389

- (a) Campanha para quitação antecipada dos alunos que possuíam bolsas restituíveis com títulos vincendos. Realizada em março de 2021 está ação resultou no recebimento antecipado de R\$ 2.316.250 mediante concessão de desconto de R\$ 1.090.000
- (b) Resultado Líquido Exercício Ajustado reflete exclusivamente uma visão gerencial dos efeitos não recorrentes contabilizados em 2021.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.